



Caminhão com eixo suspenso vai ter isenção em pedágios

Plenário também aprovou medida provisória que reserva 30% dos fretes da Conab para transportadores autônomos. As MPs seguem agora para sanção presidencial

Waldemir Barreto/Agência Senado



Presidente do Senado, Eunício Oliveira, comanda sessão em que foram aprovadas duas MPs do pacote editado pelo governo para atender caminhoneiros

O Senado aprovou ontem medida provisória que isenta de pedágio caminhões de eixo suspenso sem carga. Também foi aprovada a MP que reserva 30% do frete contratado pela Conab para transportadores autônomos. As medidas são parte da proposta do governo para pôr fim à greve dos caminhoneiros, em maio. **3**

Subvenção para óleo diesel avança no Congresso **5**

Realização da COP-25 no Brasil em 2019 é defendida por autoridades

A realização da Conferência do Clima no Brasil em 2019 (COP-25) reforçará o papel de liderança do país na área, disseram participantes de audiência na Comissão Mista

sobre Mudanças Climáticas. O coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança Climática, Alfredo Sirkis, e representantes do governo defenderam a candidatura. **4**

Pedro Franco/Agência Senado



O presidente da comissão, deputado Sergio Souza, e o relator, Jorge Viana

Senado proíbe aéreas de cobrar por marcação de assento

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei que proíbe as companhias aéreas de cobrarem valor adicional para a marcação de assentos em voos operados no Brasil. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O texto caracteriza como “prática abusiva ao direito do consumidor” a cobrança pela escolha prévia do lugar. **3**

Proposta obriga capacitação de professor para socorrer alunos

Segue para o Plenário um projeto que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de escolas públicas e privadas e de creches. O curso deverá ser ofertado anualmente aos profissionais, determina a proposta, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. **6**

Comissão aprova dois nomes para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou e aprovou ontem dois diplomatas indicados para embaixadas. Fernando Apparicio da Silva deve ir para a representação no Vietnã e Glivânia de Oliveira, para a no Panamá. As duas indicações seguem para votação pelo Plenário. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Fernando Collor (C) conduz sabatina de Fernando Silva e Glivânia de Oliveira

Proibição de casamento de menor vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que proíbe casamento de menores de 16 anos.

A proposta vai a Plenário em regime de urgência.

Atualmente, o Código Civil permite o casamento

de menores de 16 anos com autorização de ambos os pais ou de seus representantes legais. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Reunião na qual foi aprovado projeto que retira do Código Civil casos em que é permitida união com menor de 16 anos

Indenização para policial rodoviário é aprovada **3**

Debate: bancos públicos sofrem desmanche **4**

Projeto busca aprimorar controle de zoonoses **6**

Instaladas cinco comissões mistas para análise de MPs

Colegiados vão examinar medidas provisórias como a que anula a renegociação de dívidas rurais oriundas de financiamentos do Pronaf e a que aumenta verbas de loterias para cultura e esporte

O CONGRESSO INSTALOU ontem as comissões mistas que irão analisar as Medidas Provisórias 842, 843, 844, 845 e 846, todas editadas em 2018 pelo governo. Entre elas, destaca-se a MP 846, que amplia recursos de loterias para cultura e esporte, e a MP 842, que anula a renegociação de dívidas rurais oriundas de financiamentos do Pronaf e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.



O deputado Roman e o senador Fernando Bezerra na comissão da MP 846

Entenda as medidas provisórias

MP 842/2018	Anula a renegociação de dívidas rurais oriundas de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). Presidente: deputado Cleber Verde (PRB-MA)
MP 843/2018	Institui uma nova política industrial para o setor automotivo. Chamado de Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística, o regime automotivo vai substituir o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. O Rota 2030 baseia-se em incentivos fiscais, que somam R\$ 1,5 bilhão ao ano, durante 5 anos, segundo o governo. Como contrapartida, as empresas que aderirem ao programa terão que cumprir requisitos, principalmente com investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). O governo afirma que a indústria fará um aporte mínimo de R\$ 5 bilhões por ano em P&D. Presidente: senador Eduardo Amorim (PSDB-SE). Relator: deputado Alfredo Kaefer (PP-PR)
MP 844/2018	Reformula o marco legal do setor de saneamento básico. A principal mudança na legislação é a previsão de que a Agência Nacional de Águas (ANA) atuará como reguladora dos serviços públicos de saneamento básico, que abrange as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. Até a edição da MP, as diretrizes nacionais do saneamento básico estavam a cargo do Ministério das Cidades. Presidente: não houve eleição por falta de quorum
MP 845/2018	Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF). O fundo funcionará por cinco anos, contados a partir de 20 julho deste ano (data de publicação da MP) e terá como objetivo ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional. O FNDF será composto por recursos do Orçamento da União, por doações e por outras fontes, tais como o montante arrecadado com a outorga da subconcessão da Estrada de Ferro (EF) 151 — conhecida como Ferrovia Norte-Sul — no trecho entre Porto Nacional, no Tocantins, e Estrela D'Oeste, em São Paulo, além do respectivo ágio. O edital da subconcessão está previsto para o final de agosto. Presidente: senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Vice-presidente: deputado Lelo Coimbra (MDB-ES)
MP 846/2018	Modifica a divisão dos recursos arrecadados com as loterias federais determinada pela MP 841/2018, ainda em discussão no Congresso Nacional. A nova MP amplia de 2,87% para 2,92%, em 2018, e de 0,5% para 2,91% a partir de 2019 o percentual da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, como MegaSena e Quina, destinado ao Fundo Nacional de Cultura (FNC). Também destina ao fundo 0,4% da arrecadação com Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex). A MP 841/2018 não previa recursos desta loteria para o FNC. Segundo o Ministério da Cultura, com as alterações, o FNC receberá em 2019 cerca de R\$ 443,2 milhões, quase seis vezes mais do que o valor previsto com base na MP 841/2018. Presidente: deputado Evandro Roman (PSD-PR). Relator-revisor: deputado Deley (PTB-RJ)

Mulheres acusam Estado de feminicídio de negras

A Lei Maria da Penha não consegue responder à violência contra as mulheres negras, concluiu o debate sobre o enfrentamento ao feminicídio de negras, realizado ontem, no Projeto Pauta Feminina, pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara.

A secretária nacional de Po-

líticas para Mulheres, Andreza Winckler, disse que os dados da secretaria mostram as negras como maioria na população carcerária feminina.

Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Rodrigo Barbosa disse que “a construção histórica do feminicídio está na raiz de um processo de desu-

manização e subcidadania, no qual a mulher negra é sempre colocada em segundo plano”.

Para o pesquisador Antonio Lima Junior, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), é preciso saber por que as mulheres negras morrem mais que as mulheres brancas. Para a coordenadora do Comitê Latinoamericano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, Soraia Mendes, a ação sistemática contra a reprodução da vida das mulheres negras “nos autoriza a falar em feminicídio de Estado”.

Segundo a diretora jurídica da Associação Artemis, Ilka Teodoro, a violência obstétrica também é maior contra as negras. E elas lideram as mortes por causas evitáveis, foram as mais atingidas na epidemia do zika vírus, e são a maioria entre vítimas de estupro de vulnerável, de gravidez precoce e de casamento infantil.



Pauta Feminina debate o enfrentamento ao assassinato de mulheres negras

CPI dos Maus-Tratos é prorrogada pela segunda vez

Foi prorrogado ontem o prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito que investiga maus-tratos de crianças e adolescentes. A CPI deveria acabar no dia 18, mas ganhou mais 150 dias. É a segunda prorrogação do prazo.

No Plenário, o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), comemorou a prorrogação junto ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, e lamentou as tentativas de encerrar as investigações.

— Nos momentos mais difíceis dessa CPI, tentaram, de forma nula, até pressioná-lo para que Vossa Excelência fizesse um esforço hercúleo e irresponsável para extinguir a CPI. Quero agradecer em nome das crianças do Brasil, dessas crianças sem voz, mortas, sequeladas, a quem essa CPI tem dado assistência

e trabalhado no sentido de criar uma nova legislação e fazer justiça — declarou.

Eunício afirmou que a prorrogação da CPI é importante para punir “aqueles que maltrataram crianças indefesas”.

Como resultado de um ano de trabalho, a CPI elaborou cartilhas de prevenção contra suicídio, automutilação, bullying e cyberbullying. Elas foram impressas e distribuídas nacionalmente, e os arquivos estão disponíveis via internet para reprodução.

Foram apresentados dois projetos: um criando normas de segurança e de medicina do trabalho para profissionais que atuam em locais de educação infantil e fundamental (PLS 507/2017) e outro que obriga a notificação do conselho tutelar sobre suspeitas de automutilação de crianças e adolescentes (PLS 508/2017).

Lasier Martins faz balanço do mandato

O projeto que torna mais rigorosas as regras para uso de torneleiras eletrônicas e o que viabiliza bloqueadores de celulares em presídios foram mencionados ontem por Lasier Martins (PSD-RS) entre as proposições que apresentou no mandato.

O senador citou a proposta que define atos de terrorismo, a que cria a Frente Parlamentar da Segurança Pública nas Fronteiras e a que proíbe o nepotismo em empresas terceirizadas. Ele ainda relatou sua luta por transparência no BNDES.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Rudson pede ação para impedir fluxo de venezuelanos

Rudson Leite (PV-RR) cobrou ontem uma posição do governo federal sobre o que chamou de “imigração desenfreada” de venezuelanos. Ele afirmou que o fluxo migratório tem causado graves prejuízos ao seu estado. Em sua avaliação, os imigrantes do país vizinho, que fogem da crise política, econômica e social, entram no Brasil por vias legais e ilegais e acabam por desequilibrar os serviços públicos de Roraima. A situação, a seu ver, pode levar o estado a um “colapso social”.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- ESTATUTO DO TRABALHO Relações**
9h Audiência para debater o Estatuto do Trabalho, com foco nas relações do trabalho, na terceirização e no desemprego.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
10h Discursos e avisos da Mesa.

- ESTATUTO DO TRABALHO Anteprojeto**
14h Reunião de trabalho para discussão do esboço do anteprojeto do estatuto.
- CSE TVs comunitárias**
16h Audiência para discutir fontes de financiamento para TVs comunitárias.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado:** 0800 612211
- Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV:** senado.leg.br/TV

Senado aprova isenção de pedágio para eixo suspenso de caminhões

Segue para sanção projeto de lei de conversão que libera da cobrança os veículos de transporte sem carga, conforme reivindicação

A MEDIDA PROVISÓRIA que garante a isenção de pedágio em todo o território nacional para o eixo suspenso dos caminhões que viajem sem carga foi aprovada no Plenário do Senado. A MP 833/2018 foi uma das iniciativas do governo federal para solucionar a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país no mês de maio.

O novo texto segue agora para a sanção. Segundo o projeto aprovado, os caminhões que passarem pelas praças de pedágio com um ou mais eixos suspensos serão considerados descarregados e terão direito à isenção correspondente.

A regra já era prevista na Lei 13.103, de 2015, que rege o exercício da profissão de motorista, mas era aplicada apenas às rodovias federais. Com o novo texto, ela passa a valer também para vias estaduais, distritais e municipais.

As autoridades de trânsito de cada unidade da Federação devem se encarregar de regulamentar a fiscalização dos veículos que tiverem direito à isenção.

Caminhões carregados que suspenderem indevidamente os seus eixos adicionais poderão ser enquadrados na infração de evasão de pedágio,



José Agripino relatou a medida e lembrou que ela ajudou a encerrar greve

que é considerada grave pelo Código de Trânsito Brasileiro.

O relator da MP foi o senador José Agripino (DEM-RN). Ele acrescentou ao texto uma regra restringindo o aumento do pedágio para os demais usuários como forma de compensar a isenção aos caminhões, nos casos de rodovias concedidas. Será preciso, primeiro, esgotar todas as opções de reequilíbrio financeiro dos contratos. Somente depois disso é que será possível subir os preços.

Fim da greve

Agripino também rejeitou todas as demais emendas apresentadas, observando que eram “acréscimos desnecessários ou inconvenientes”.

Ele pediu aos senadores que ratificassem a medida provisória, ressaltando que ela foi essencial para dar fim à greve dos caminhoneiros.

— A pacificação foi feita. O texto é um reclamo dos caminhoneiros e um compromisso do governo. Ele foi parte do entendimento para encerrar um processo que causou gravíssimos prejuízos à economia brasileira e que não poderá em hipótese alguma se repetir.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou que atuou como “avalista” do acordo que resultou na isenção dos eixos suspensos. Para ele, a medida é justa com os caminhoneiros.

Segue a sanção MP que reserva 30% do frete da Conab para transporte autônomo

Outra medida provisória que atendeu a reivindicações dos caminhoneiros aprovada ontem pelo Senado é a que reserva um mínimo de 30% do frete contratado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para cooperativas e associações de transportadores autônomos.

A MP 831/2018 foi aprovada como projeto de lei de conversão (PLV 22/2018), e vai a sanção. O texto aprovado, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), excluiu a possibilidade de contratação de sindicatos de transportadores autônomos.

A MP também possibilita aos transportadores serem contratados sem licitação. O preço do frete não poderá exceder o praticado pela Conab.

O contratado deve atender aos requisitos estabelecidos pela companhia, vinculada ao Ministério da Agricultura, que contrata por leilão eletrônico os serviços de transporte.

Com Agência Câmara

Proibição de cobrança por marcação de assento em avião vai à Câmara

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei que proíbe as companhias aéreas de cobrar valor adicional para a marcação de assentos em voos operados no Brasil. O PLS 186/2018 segue para a Câmara dos Deputados.

O texto de Reguffe (sem partido-DF) foi aprovado sem alterações. De acordo com a proposta, o passageiro tem direito à marcação gratuita. O projeto caracteriza como “prática abusiva ao direito

do consumidor” a cobrança pela escolha prévia do lugar. A companhia aérea infratora fica sujeita a pagamento de multa.

— Quando compra uma passagem, o consumidor tem que ter o direito à marcação de assento. A empresa não pode querer cobrar, já que o consumidor tem que viajar em algum lugar. Isso é uma forma indireta de a empresa querer aumentar ainda mais os custos para o consumidor. Sempre foi assim, e agora as

empresas aéreas estão querendo inventar a roda — afirmou o senador.

O projeto aguardava votação na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O presidente do Senado, Eunício Oliveira, consultou os líderes dos partidos e todos concordaram com a decisão da proposta pelo Plenário. O relator do PLS 186/2018 na CTFC, Paulo Paim (PT-RS), classificou a

cobrança antecipada para a marcação de assentos como “um ato discriminatório”.

O texto foi relatado em Plenário por Jorge Viana (PT-AC). O senador criticou a agência reguladora do setor, que não impediu a cobrança para a marcação de assentos.

— É inaceitável esse tipo de situação, e a Anac não faz nada. Parece que a Agência Nacional da Aviação Civil virou a Agência Nacional das Companhias Aéreas.

Policiais rodoviários vão receber indenização por jornada adicional

O Plenário aprovou ontem o pagamento de indenização para o policial rodoviário federal que trabalha no período de folga. A MP 837/2018 fixa dois valores: R\$ 420 para 6 horas de jornada adicional e R\$ 900 para 12 horas. O texto segue para sanção.

Pela MP, o policial pode ser convocado para trabalhar no período de folga em situações relevantes, complexas ou emergenciais. O relator, José Medeiros (Pode-MT), incluiu

um dispositivo para a atualização dos valores da indenização por meio de decreto.

Segundo o Executivo, os valores foram remanejados do orçamento da própria Polícia Rodoviária Federal.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, classificou a MP como “urgente e necessária”. Para ele, ela vai “ajudar a manter a malha rodoviária fiscalizada e garantir a justa remuneração” dos policiais.

Com Agência Câmara

Quem comete crime contra cônjuge pode perder a guarda dos filhos

Pessoas que cometem crimes contra o pai ou a mãe de seus filhos podem perder o poder familiar. O Senado aprovou ontem projeto que amplia as hipóteses de perda desse poder na lei. O PLC 13/2018 vai à sanção presidencial.

O poder familiar, antes chamado de pátrio poder, é relativo à tutela dos pais sobre os filhos, e envolve direitos e obrigações. O projeto aprovado é da deputada Laura Carneiro (MDB-RJ).

Segundo o Código Civil, a

perda de poder familiar pode acontecer por emancipação do menor, adoção por outra família ou decisão judicial, abandono, atos contrários à moral e entrega irregular do filho para adoção. O projeto inclui condenação por crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte quando se tratar de crime doloso e envolver violência doméstica, estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de prisão.

RÁPIDAS

APROVADA PERDA AUDITIVA UNILATERAL COMO DEFICIÊNCIA

A proposta que considera pessoa com deficiência o portador de perda auditiva em apenas um dos ouvidos (unilateral) foi aprovada pelo Plenário. Com isso, ela passa a ter direito à reserva de vagas em concursos públicos e à Lei de Cotas. O PLC 23/2016 foi aprovado com as alterações feitas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e agora volta para análise da Câmara.

PLENÁRIO DÁ AVAL PARA ACORDOS DE SERVIÇOS AÉREOS

Dois acordos de serviços aéreos com México (PDS 26/2018) e Emirados Árabes Unidos (PDS 36/2018) foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. Conhecidos como “tratados de céus abertos”, os textos conferem privilégios para as companhias aéreas brasileiras e dos dois países nas operações de pouso ou sobrevoo dos territórios. Os acordos seguem para promulgação.

TRÊS TRATADOS SOBRE PRISÃO SEGUEM PARA PROMULGAÇÃO

O Senado aprovou ontem três tratados sobre prisão, entrega e transferência de presos. Um dos acordos foi firmado por países-membros do Mercosul e determina procedimentos de prisão e entrega de pessoas procuradas por crimes, para serem processadas e para a execução da pena. Os outros textos tratam da transferência de presos entre países. Os três projetos seguem para promulgação.

APROVADO NOME DO NOVO EMBAIXADOR NA POLÔNIA

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Hadil Fontes da Rocha Viana para o cargo de embaixador do Brasil na Polônia. A indicação (MSF 53/2018) teve 44 votos favoráveis, 1 contrário e 2 abstenções.

Viana é formado em direito, ingressou na carreira diplomática em 1980 e exerce os cargos de embaixador em Montevidéu, no Uruguai, desde 2015.

ACORDO PERMITE COOPERAÇÃO BRASIL-COREIA DO NORTE

Senadores aprovaram o acordo de cooperação econômica e técnica firmado entre Brasil e Coreia do Norte. O PDS 92/2018 confirma o texto assinado em outubro de 2010 na cidade de Pyongyang. O projeto vai à promulgação.

A intenção é implementar programas e projetos a serem desenvolvidos em conjunto pelos dois países. Pedro Chaves (PRB-MS) deu o parecer em Plenário.

NOVO DIRETOR PARA DNIT É APROVADO PELO PLENÁRIO

O Plenário aprovou a indicação do engenheiro José da Silva Tiago para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Engenheiro civil, Tiago tem mais de 40 anos de experiência na área. Ingressou em 1974 no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, atual Dnit. Desde 2009, ocupa o cargo de superintendente regional do Dnit no Paraná.

MIGUEL ARRAES PODE IR PARA O LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA

O Plenário aprovou ontem a inclusão do nome de Miguel Arraes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O PLC 136/2017 vai à sanção presidencial. Lídice da Mata (PSB-PE) foi a relatora na Comissão de Educação (CE). Arraes foi governador de Pernambuco, prefeito do Recife, deputado estadual e federal. Foi cassado durante a ditadura e exilado, retornando para participar da redemocratização.

Especialistas defendem COP-25 no Brasil em 2019

Para participantes de audiência pública na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, realização da conferência da ONU no país reforçará liderança brasileira na área ambiental

A REALIZAÇÃO DA Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25) no Brasil em 2019 reforçará o papel de liderança que o país exerce nos fóruns internacionais sobre o tema. A observação foi feita ontem pelos convidados de audiência pública interativa que debateu a candidatura do Brasil para sediar o evento. O debate foi promovido pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança Climática (FBMC), Alfredo Sirkis destacou que o Brasil diminuiu em 80% as emissões poluentes e reduziu o desmatamento na Amazônia de 27 mil quilômetros quadrados para menos de 5 mil quilômetros quadrados por ano, o que configura a importância do país na questão ambiental.

Ele explicou que o lançamento da candidatura do Brasil ocorreu em 2017, em



Viana (4º à esq.) no debate com Sirkis, Carvalho, deputado Sergio Souza, Hugo Mendes e Antonio Carlos Lima

Bonn, Alemanha, durante a COP-23. A sugestão ganhou apoio maciço dos países do Caribe e da América do Sul, com exceção da Venezuela, que apresentou veto formal à candidatura do Brasil.

Sirkis observou que a COP-25 será a última conferência antes da entrada em vigor das metas de redução na emissão de poluentes pelos

países signatários do Acordo de Paris, a ocorrer em 2020. Ele também saudou a inclusão de dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, em tramitação no Congresso, que busca garantir a realização da COP-25 no Brasil.

— Isso tem que ser colocado no Orçamento da União para o ano que vem, de forma compatível com a Emenda

Constitucional 95 [que congelou os gastos públicos até 2036] — afirmou.

Mediação

Na avaliação do relator da CMMC, senador Jorge Viana (PT-AC), é preciso buscar a mediação em relação ao veto da Venezuela à candidatura do Brasil. Ele admitiu a possibilidade de voto divergente, dadas

as diferenças entre os atuais governos dos dois países.

Viana também lembrou a tradição brasileira de sediar eventos ambientais de grande porte. Ele citou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio; a Rio+20, em 2012; e o Fórum Mundial da Água, em 2018, em Brasília.

— O desafio agora é fazermos um movimento político para manter esse protagonismo do Brasil e dar uma valorizada na agenda socioambiental brasileira — afirmou.

Representante do Ministério das Relações Exteriores, o embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho disse que o governo brasileiro já vem atuando em busca de um consenso que permita a realização da COP-25 no país.

Para o representante do Ministério do Meio Ambiente, Hugo Mendes, o Brasil tem experiência e condições de sediar a conferência.

Bancos públicos correm risco de desmanche, afirmam debatedores

Os bancos públicos estão sob ameaça de desmanche ou de privatização por falta de planejamento por parte do Estado, disseram ontem participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A situação pode afetar, por exemplo, obras de infraestrutura, projetos de geração de renda, políticas sociais e quem precisa de financiamento rural ou habitacional. O alerta foi feito pelo presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa, Jair Pedro Ferreira.

— É isso que o Senado, o Congresso e a sociedade precisam compreender: se

eu desmontar esses bancos públicos, se acabar com eles ou se privatizá-los, vou tirar da sociedade a grande ferramenta do financiamento.

A presidente da CDH e autora do pedido da audiência, Regina Sousa (PT-PI), apontou o atual governo como culpado pela instabilidade no setor. Ela criticou o fechamento de agências da Caixa e do Banco do Brasil em vários municípios e a descapitalização do BNDES, que, segundo ela, causou prejuízos à população.

— O fechamento de agências e de postos de trabalho causou muitos prejuízos, principalmente às pesso-



Kleyton Moraes fala em audiência presidida por Regina Sousa (C)

as mais pobres que usam os bancos públicos para receber seu Bolsa Família. Gente que agora anda 150 quilômetros para poder chegar no banco e receber seus benefícios — afirmou.

O diretor do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal Kleyton Moraes disse que os bancos são responsáveis por estimular a economia e que é preciso defender os interesses da população.

Pacientes com atrofia muscular espinhal pedem acesso a remédio

A atrofia muscular espinhal, doença degenerativa de origem genética, pode ser tratada pelo medicamento Spinraza, que sofreu restrições para uso. O assunto foi debatido em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

Segundo Romário (Pode-RJ), que propôs a discussão, o remédio foi inicialmente liberado sem limitações a tipos de casos ou à idade do paciente. Atualmente o Ministério da Saúde impõe algumas restrições, dificultando o início do tratamento.

— Esse medicamento tem que ser liberado para as pessoas definitivamente, para que possa salvar a vida delas — defendeu.

Para a presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular, Maria Clara Migowski, é preciso ter cuidado ao falar sobre atrofia muscular espinhal. Em sua avaliação, as pessoas que têm doenças raras precisam de facilidade no acesso aos remédios para tratamento.

— Diabetes, hipertensão, elas têm cura? Não. Mas elas são tratáveis. Por que se trata de modo diferente as doenças raras? Por enquanto ainda não há cura, mas elas precisam e devem

ser tratadas — argumentou.

Pacientes como a menina Laíssa Silva, 12 anos, aguardam a liberação do remédio para retomar o tratamento. Para ela, que compareceu à audiência, cada segundo sem o medicamento afeta sua recuperação.

— Todos os dias eu estou morrendo um pouco. Muitas pessoas não estão abrindo os olhos para isso. Isso que é o triste — lamentou.

Entre os participantes, estavam representantes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Associação Brasileira de Atrofia Muscular Espinhal, entre outros.

Vanessa Grazziotin destaca aprovação de projeto sobre importunação sexual

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou em Plenário ontem a aprovação pelo Senado de projeto que pune a divulgação de cenas de estupro, aumenta a pena por estupro coletivo e tipifica o crime de importunação sexual. A proposta vai à sanção presidencial.

A senadora lembrou que o PLS 618/2015 é fruto de dois projetos aprovados no Senado, que se converteram num substitutivo da Câmara. Um desses projetos, referente ao estupro, é de sua autoria.

— Temos nos dedicado muito a esta pauta, todas as 13 senadoras e a bancada de deputadas federais.



Valdemir Borretto/Agência Senado

Lúcia Vânia ressalta conquistas nos 12 anos da Lei Maria da Penha

Lúcia Vânia (PSB-GO) destacou os 12 anos de sanção da Lei Maria da Penha. Ela lembrou os avanços obtidos com a entrada em vigor da norma. Mencionou, por exemplo, que a legislação contribuiu para reduzir em cerca de 10% a taxa de homicídios contra as mulheres ocorridos nas casas das vítimas.

Mas, por outro lado, a senadora ressaltou que, nas últimas semanas, situações de feminicídio ganharam destaque na imprensa nacional.

— A Lei Maria da Penha retirou o laço de inviolabilidade da violência doméstica e trouxe à tona todas as sequelas físicas e psicológicas da vítima e da família.



Morieira Maritz/Agência Senado



Laíssa (E), de 12 anos, no debate presidido por Romário (3º à esq.)

Colegiado aprova subvenção para óleo diesel

MP faz parte do acordo firmado entre governo e caminhoneiros para pôr fim à greve de maio. Benefício é de R\$ 0,30 por litro até 31 de dezembro, no limite de R\$ 9,5 bilhões

A MEDIDA PROVISÓRIA que estabelece subvenção para a venda e a importação de óleo diesel no Brasil foi aprovada ontem pela comissão mista. A MP 838/2018 faz parte do acordo firmado entre o governo federal e os caminhoneiros para pôr fim à greve da categoria, ocorrida entre maio e junho.

O relatório do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) segue para a Câmara e posteriormente para o Senado.

A medida se refere apenas ao óleo diesel de uso rodoviário. O benefício para a comercialização do produto, que foi de R\$ 0,07 por litro até o dia 7 de junho, permanece em R\$ 0,30 até 31 de dezembro. O texto também concede subvenção de R\$ 0,30 por litro nas importações de óleo diesel realizadas por distribuidoras.

O Poder Executivo limita os benefícios a R\$ 9,5 bilhões.



O presidente da comissão, Dário Berger, e o deputado Arnaldo Jardim, que teve o relatório aprovado

Se as subvenções alcançarem essa cifra antes de 31 de dezembro, o desconto é encerrado. Terá direito ao subsídio quem vender ou importar óleo diesel por preço igual ou inferior a um valor a ser estabelecido pelo governo federal. Segundo a MP, o preço de referência pode ser fixado regionalmente.

A medida ainda depende

de regulamentação. Um decreto do Poder Executivo deve esclarecer quem está habilitado a participar do programa "Subvenção Econômica à Comercialização de Óleo Diesel Combustível de Uso Rodoviário".

As distribuidoras devem informar à Agência Nacional do Petróleo (ANP) a situação dos estoques, além dos preços

de aquisição do produto.

Tanto os comerciantes quanto os importadores são responsáveis "pela exatidão das informações prestadas" sobre a venda e a compra de óleo diesel. Quem prestar informações falsas fica sujeito a penas como multa, apreensão de bens e produtos, suspensão de funcionamento do estabelecimento, cancelamento

de registro e revogação de autorização para o exercício de atividade.

O presidente da comissão mista, senador Dário Berger (MDB-SC), lembrou que a MP atende à reivindicação dos caminhoneiros para a redução no preço do combustível. Ele afirmou que, em maio deste ano, a alta do óleo diesel contribuiu para a deflagração da greve, que durou dez dias.

— Nós já alertávamos para esta questão da tribuna do Senado, com os aumentos sucessivos dos preços. Isso certamente não teria um fim desejável. E foi o que efetivamente aconteceu, com a paralisação dos caminhoneiros. Estamos cumprindo nosso papel em tempo hábil para que a medida provisória seja apreciada nos Plenários da Câmara e do Senado — afirmou Berger.

Medida que reonera o setor petroquímico terá novo relator e votação será adiada

Foi adiada para segunda-feira a apresentação do relatório sobre a medida provisória que revoga o Regime Especial da Indústria Química (Reiq). De acordo com o vice-presidente da comissão mista que analisa a MP 836/2018, deputado Leonardo Quintão (MDB-MG), será escolhido um novo relator no lugar do deputado Eduardo Cury (PSDB-MG) em razão dos pedidos de adiamento de duas reuniões marcadas para esta semana.

O Reiq, que isenta de tributação o setor petroquímico, será revogado a partir de 1º de setembro. Com a extinção do regime, o Executivo não mais concederá às empresas do segmento o chamado crédito presumido

de contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins sobre a aquisição de etanol para a produção de polietileno.

O texto revoga também o regime especial para importação de nafta e outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

A MP é uma das três medidas editadas no fim de maio com o objetivo de compensar o subsídio ao óleo diesel, concedido como parte do acordo com os caminhoneiros para dar fim à greve da categoria, em maio.

O fim dos benefícios, segundo cálculos do Planalto, vai gerar uma economia de R\$ 172 milhões neste ano. Em 2019, o aumento de receita deve ser de quase R\$ 740 milhões.

Avança criação de frente parlamentar para segurança nas fronteiras do país

O Senado poderá criar a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras. A proposta partiu do senador Pedro Chaves (PRB-MS). O PRS 30/2018, aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), será examinado pela Comissão Diretora do Senado.

A ideia é instalar um órgão político de caráter suprapartidário para, entre outras, exercer as seguintes atribuições: acompanhar políticas públicas e proposições legislativas relacionadas com as fronteiras brasileiras; promover amplo debate sobre desenvolvimento, ocupação e fiscalização da faixa de fronteira; incentivar investimentos nessa região do país.

Diante dos 15.719 quilômetros de fronteiras terrestres e 7.367 quilômetros de fronteiras marítimas, Pedro Chaves acredita ser hora de o Senado participar mais ativamente da busca por soluções para o desenvolvimento e a vigilância das fronteiras. Trata-se, disse, de uma região pouco povoada, pouco desenvolvida e com pouca presença do Estado, o que facilita a exploração pelo tráfico de armas de fogo e drogas, biopirataria e contrabando.

O alerta de Chaves convenceu o relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), a recomendar a aprovação do texto:

"A segurança de todo o país passa pela segurança e estabilidade das nossas fronteiras", diz Lasier no parecer.

Ana Amélia alerta sobre fake news no processo eleitoral

Ana Amélia (PP-RS) alertou para a questão das fake news no processo eleitoral. As notícias falsas, segundo a senadora, preocupam não só o Brasil, mas o mundo todo, e chamam a atenção do Judiciário e de quem se preocupa com a liberdade de expressão. A senadora afirmou que a disseminação de notícias falsas é um tema prioritário para todas as lideranças políticas porque elas podem impactar o resultado final de uma eleição. Segundo ela, o TSE está atento ao tema.

— Acredito na Justiça Eleitoral, que já vem fazendo um trabalho extraordinário.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Paulo Paim destaca campanha da OAB pelo voto consciente

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem, em Plenário, a campanha Vote Consciente, lançada pela seccional do Rio Grande do Sul da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS). Para ele, a iniciativa é fundamental para despertar entre os 147 milhões de eleitores brasileiros a importância do voto consciente para fortalecer a democracia.

De acordo com o senador, o eleitor será orientado a planejar o seu voto a partir de informações sobre os candidatos. Os eleitores também serão orientados a combater notícias falsas que se espalham pelas mídias sociais.

— O voto é o verdadeiro instrumento da democracia e da cidadania — declarou Paim.

Humberto critica corte de recursos para a pesquisa científica

Humberto Costa (PT-PE) denunciou o corte de recursos para a pesquisa científica e acusou o deputado Mendonça Filho (DEM-PE), ex-ministro da Educação, de ser um dos maiores responsáveis pela situação. Para ele, Mendonça passa para a história do ministério como o "mãos de tesoura", pelos cortes que realizou no orçamento da pasta. Humberto também acusou o deputado de ser o "coveiro" do programa Ciências sem Fronteiras, de apoio a bolsas no exterior.

— Mendonça jogou na lata de lixo o Plano Nacional de Educação — afirmou.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Fátima quer discussão da PEC que torna permanente o Fundeb

Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu a aprovação da proposta que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Relatora da PEC 24/2017, ela lembrou que o prazo de validade do Fundeb termina no fim de 2020, "o que exige que a proposta seja discutida com toda a sociedade, mesmo que a intervenção federal no Rio de Janeiro impeça a votação neste ano". Fátima também cobrou que a União amplie sua participação no financiamento da educação básica.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Lindbergh ressalta "efeitos nocivos" da reforma trabalhista

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que, depois da entrada em vigor da reforma trabalhista, a vida dos trabalhadores só piorou. Segundo o senador, com a adoção do contrato de trabalho intermitente, em que o pagamento é feito por hora trabalhada, houve redução da massa salarial e os trabalhadores passaram a receber, por mês, menos que o mínimo definido em lei, como porteiros com quem conversou.

— Tenho encontrado uma quantidade de gente dizendo que foi demitido e foi recontraído por um salário menor. É a terceirização — disse.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Docente poderá ter que fazer curso de primeiros socorros

Aprovado ontem em comissão, projeto que segue ao Plenário torna obrigatória a oferta de capacitação a professores e funcionários de escolas, para que possam prestar atendimento imediato a estudantes

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de escolas públicas e privadas de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. O texto (PLC 17/2018) segue ao Plenário, com pedido de urgência aprovado pela comissão.

Apelidado de Lei Lucas, o projeto é fruto da mobilização da família do menino Lucas Begalli Zamora, de 10 anos, que engasgou-se com um lanche num passeio da escola. Não havia nenhuma pessoa capacitada para prestar os primeiros socorros. Os socorristas não chegaram a tempo, e o menino não resistiu e faleceu.

Pelo texto, o curso deverá ser ofertado anualmente, para fins de capacitação ou reciclagem, devendo ser ministrado nos



Para Paim, escola precisa estar apta a proteger crianças e adolescentes

estabelecimentos públicos por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial e, nos estabelecimentos privados, por profissionais habilitados.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), votou pela aprovação do projeto. O senador afirmou que a escola também precisa oferecer proteção a crianças

e adolescentes, sendo imprescindível a presença de funcionários aptos para atuar em casos de urgência ou emergência que comprometam a integridade física de algum estudante.

Paim votou pela rejeição do PLS 70/2018, do senador Casio Cunha Lima (PSDB-PB), que tramitava em conjunto com a proposta.

Deixar de avisar risco de zoonose pode se tornar infração sanitária

O descumprimento das obrigações estabelecidas na Lei de Vigilância Epidemiológica poderá ser considerado crime de infração sanitária. É o que estabelece o PLC 50/2018, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta segue para a votação no Plenário do Senado.

A relatora, senadora Ângela Portela (PDT-RR), disse que o projeto é necessário para resolver uma brecha na legislação. De acordo com a Lei 6.259, de 1975, todo cidadão tem o dever (e alguns profissionais têm a obrigação) de informar a autoridade sanitária local sobre a ocorrência de fatos relacionados a doenças transmissíveis, como zoonoses. O descumprimento é considerado hoje uma infração sujeita a penalidades, e a base de consulta para as possíveis sanções era o Decreto-Lei 785/1969, revogado em 1977.

Ângela afirma que a proposta praticamente repetiu o disposto no antigo decreto, ao definir o descumprimento dessa obrigação como passível

de punições com penas de advertência e multa, cumulativa ou alternativamente.

Rejeição

A CAS rejeitou projeto da senadora Rose de Freitas (Pode-ES) que propõe gratuidade de inscrição em concursos públicos para cargos federais a candidatos doadores de sangue. O relatório do PLS 503/2017 foi lido por Paulo Paim (PT-RS). O senador ressaltou que, apesar da boa intenção da autora, a doação voluntária não remunerada — adotada pela maioria dos países e recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) — ainda é a forma mais eficaz de se obter estoque seguro de sangue.

Segundo Paim, a doação remunerada ou premiada aumenta o risco de transmissão de doenças infecciosas, ainda que sejam adotados todos os procedimentos de triagem de doadores previstos pelas normas sanitárias.

O texto seguiu para decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Senado do Futuro vai debater torcidas organizadas, tatuagens e assédio moral

A Comissão Senado do Futuro vai discutir em audiência pública o panorama do futebol brasileiro, a situação das torcidas organizadas e sua relação com os clubes e o poder público em cada estado. Requerimento para o debate, do senador Hélio José (Pros-DF), presidente do colegiado, foi aprovado ontem.

A audiência ainda não tem data

marcada. Deverão ser convidados representantes da Associação Nacional das Torcidas Organizadas, professores da Unicamp, o deputado federal Andrés Sanchez, presidente do Corinthians, e o filósofo Mario Sergio Cortella.

Outra audiência aprovada, e também sem data prevista, deve debater a criminalização do assédio moral no trabalho. Serão convidados representantes dos

Ministérios da Saúde e do Trabalho, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Conselho Nacional de Saúde e da Central Única dos Trabalhadores, entre outros.

A regulamentação da atividade de tatuador e o futuro da profissão também será tema de audiência na comissão. Serão convidados representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

e de associação de tatuadores.

Foi aprovada ainda a realização de duas audiências para discutir problemas do Distrito Federal. Uma delas tratará da necessidade de implantação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Brasília e outra debaterá propostas para o transporte público. Os requerimentos são de Cristovam Buarque (PPS-DF) e Hélio José, respectivamente.

Kátia Abreu defende alteração na subvenção do Seguro Rural

Kátia Abreu (PDT-TO) destacou projeto dela que altera mecanismos da subvenção governamental ao seguro rural (PLS 185/2017). A proposta representa economia na gestão dos recursos públicos, disse.

O texto altera a Lei de



Subvenção do Seguro Rural, criando instrumentos de gestão de riscos de preços e de clima e transferindo

o encargo da equalização dos prêmios do seguro do Ministério da Agricultura para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Raupp: embaixada em Israel deve ser transferida para Jerusalém

Valdir Raupp (MDB-RO) defendeu a transferência da embaixada do Brasil em Israel, que fica em Tel Aviv, para Jerusalém. Segundo Raupp, a escolha por Israel de Jerusalém como sua capital é legítima, uma vez que um estado soberano



tem o direito de tomar esse tipo de decisão dentro do seu território.

Ele lembrou que os Estados Unidos transferiram sua embaixada para Jerusalém.

— Eu creio que se aproxima o momento em que teremos que nos posicionar sobre esse tema.

Ciro comemora nomeação de desembargador no TJ do Piauí

Ciro Nogueira (PP-PI) destacou a nomeação de Olímpio de Passos Galvão como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. O senador destacou que Galvão chegou ao posto pelo critério de antiguidade. Segundo Giro, o



magistrado deverá ser muito atuante como desembargador, em razão da experiência pessoal e do amplo conhecimento jurídico.

Ele lembrou ainda que Galvão tem vasta experiência e atuou como juiz titular em diversas comarcas do Piauí.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova diplomatas para o Vietnã e o Panamá

Indicado para o país asiático, Fernando Silva disse que as relações podem voltar a ser superavitárias. Glivânia de Oliveira, que deve ir para a nação caribenha, quer negociar tarifas para o Canal do Panamá

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem duas indicações para embaixadas brasileiras: Fernando Apparicio da Silva, que deve ir para o Vietnã, e Glivânia de Oliveira, para o Panamá. A análise das indicações segue agora ao Plenário do Senado.

Durante a sabatina, Silva foi indagado pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS) sobre sucessivos déficits comerciais com o país asiático, sendo que no ano passado foi de quase US\$ 500 milhões negativos. O diplomata explicou que o intercâmbio comercial com o Vietnã saiu de apenas US\$ 50 milhões, no ano 2000, para os números atuais, que beiram os US\$ 4 bilhões por ano. Com o passar dos anos, consolidou-se um fluxo em que o Brasil exporta produtos primários para o Vietnã e importa produtos industrializados.

— Este déficit, que surgiu a partir de 2016, se explica em parte pela retração na nossa economia. Mas é consequência também do fato de o Vietnã nos exportar produtos semi-industrializados e industrializados em grande quantidade, enquanto nós exportamos basicamente produtos primários. Só a Samsung instalada lá é responsável por quase um terço do fluxo — disse.

Para reverter a tendência, o embaixador informou que já tem sido negociada a compra,



Fernando Collor (C) preside sabatina dos diplomatas Silva e Glivânia

por parte do governo daquele país, de aviões da Embraer e material de defesa.

Além de produtos de alta tecnologia e com valor agregado, o diplomata informou que já se encontram em fase adiantada as certificações vietnamitas às carnes brasileiras. O incremento na pauta exportadora pode fazer com que o Brasil volte a registrar superávits, disse.

— Isso é possível. No Itamaraty avaliamos que em 2018 as trocas comerciais atingirão US\$ 5 bilhões. Durante os 3 anos em que estarei em Hanói (a capital do país), acredito ser possível incrementar em mais US\$ 1 bilhão por ano, chegando a US\$ 8 bilhões de trocas comerciais em 2021.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), o Vietnã tem dado nas últimas décadas demonstrações de que é possível fazer investimentos sociais sem abrir mão do pragmatismo nem da eficiência na economia. O senador disse que o país adotou um modelo de abertura econômica baseado na experiência da China. Como consequência, a qualidade de vida melhorou desde a década de 90, com o governo mantendo setores como educação e inovação tecnológica na pauta de prioridades.

América Central

Também sabatinada ontem pela CRE, a diplomata Glivânia de Oliveira, indicada para a embaixada no Panamá, chamou atenção para o fato de o país apresentar as mais altas taxas de crescimento econômico nas Américas

nos últimos anos. Entre 2011 e 2016, o PIB do país aumentou a uma média de 8,4% por ano, sendo que o dinamismo mantém-se, pois para 2018 é previsto um crescimento de 5,6%. Segundo Glivânia, o crescimento panamenho está diretamente ligado às obras de modernização e ampliação do Canal do Panamá.

— O Panamá tornou-se um canteiro de obras, estão investindo muito em infraestrutura em diversas áreas. Estão construindo portos, metrô e ampliando o Aeroporto de Tocumen. Prédios novos e modernos tomam conta da Cidade do Panamá e, além disso, o governo prioriza o setor de energia, onde há um certo déficit — afirmou.

Os investimentos passam ainda pelos setores de saneamento básico e pela inclusão social de segmentos economicamente desfavorecidos, como a população indígena, disse a diplomata. Foi adotada também uma legislação que facilita a atuação de empresas estrangeiras. Outro fator que favorece o crescimento, afirmou, é o reatamento de relações diplomáticas com a China após décadas de distanciamento político.

Quanto às relações comerciais com o Brasil, a diplomata informou que a prioridade do Itamaraty é a assinatura de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos com a nação caribenha. Uma proposta já foi apresentada às autoridades panamenhas, mas foi recebida com ressalvas pelo governo, o que requererá mais esforços, disse Glivânia.

A diplomata disse que pretende negociar tarifas mais vantajosas para embarcações brasileiras que cruzam o Canal do Panamá, o que, caso se concretize, terá impactos positivos na exportação de produtos para a Ásia. Ela procurará também, disse, reforçar a atuação das empreiteiras brasileiras, já presentes nas grandes obras do Panamá.

Simplificação de documentos dos cidadãos passa em comissão

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou projeto de lei que determina a reunião, na carteira de identidade, de vários outros documentos de identificação civil dos cidadãos. A votação foi realizada ontem e o PLS 225/2015 segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Por meio de chip ou outro dispositivo eletrônico, poderão ser incluídos na carteira de identidade os dados de identificação civil, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Certificado de Reservista, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), os números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o Programa de Integração Social (PIS).

“O exagero na quantidade de números cadastrais e de documentos a serem guardados pelos cidadãos é, na verdade, um empecilho burocrático ao devido exercício dos seus direitos”, argumenta o autor, senador Wilder Moraes (DEM-GO), na justificativa do projeto.

Wilder Moraes deixou a possibilidade da concentração das informações pessoais no documento de identidade apenas como um direito a ser exercido pelo cidadão. No substitutivo aprovado, o relator, Hélio José (Pros-DF), tornou obrigatória a atualização do modelo de carteira de identidade a ser adotado em todo o território nacional.

Segundo Hélio José, a produção em larga escala do novo modelo de carteira de

identidade poderá baratear e simplificar processos de atendimento e de controle de acesso em diversos órgãos públicos e privados.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu pressa na aprovação do projeto. Para ele, já passou da hora de o Brasil modernizar os documentos civis dos cidadãos.

O senador Jorge Viana (PT-AC) lembrou que o documento único já foi adotado em vários países.

— Estamos atrasados. Podemos fazer isso andar rápido aqui no Senado. Nesses tempos de tecnologia 5G e de internet das coisas, o documento eletrônico único nos faz entrar numa nova era.

Em maio do ano passado o presidente da República, Michel Temer, sancionou a Lei 13.444, que instituiu a Identificação Civil Nacional. Pelo texto, a Justiça Eleitoral organizará uma base de dados nacional com informações de identificação dos cidadãos, para uso dos órgãos governamentais. O Plenário do Senado aprovou o projeto que deu origem à lei (PLC 19/2017), no dia 11 de abril de 2017. O relator da proposta na Casa foi o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).



Relator, Hélio José tornou obrigatório o modelo de carteira

Corte orçamentário em bolsas da Capes será tema de audiência

A nota divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de que há risco de corte de quase 200 mil bolsas acadêmicas a partir de agosto do ano que vem, por conta de restrições orçamentárias chamou a atenção no Senado. Ontem, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou a realização de uma audiência sobre o assunto.

A iniciativa partiu de Cristovam Buarque (PPS-DF) e de Jorge Viana (PT-AC), que consideraram grave a situação, principalmente pela Capes ser uma instituição reconhecida não só no Brasil, mas no exterior. Viana, por exemplo, afirmou que ainda há tempo de salvar a instituição.

— A CCT é o espaço de maior autoridade no Sena-

do para cuidar disso, mas é necessária a mobilização de todo o Parlamento. É um requerimento para que no próximo esforço concentrado tenhamos o ministro da Educação, o presidente da Capes, um representante do Conselho Nacional de Educação e o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [SBPC] — afirmou.

O alerta da Capes teve grande repercussão na imprensa e, na segunda-feira, o ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, afirmou que não haverá corte.

— Mas temos que debater não somente a possibilidade de cortes. Também temos que discutir como aumentar o número de bolsas em tempos de escassez de recursos — afirmou Cristovam.

Vietnã

- » Área: 331.210 km²
- » Capital: Hanói
- » População: 93,61 milhões
- » PIB per capita: US\$ 2.327
- » Exportações brasileiras: US\$ 2,12 bilhões*
- » Importações brasileiras: US\$ 1,79 bilhão*

* Dados de 2015

Panamá

- » Área: 75.420 km²
- » Capital: Cidade do Panamá
- » População: 4,17 milhões
- » PIB per capita: US\$ 14.517
- » Exportações brasileiras: US\$ 305 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 8,75 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Vai a Plenário veto a casamento de menor de 16

Impedimento foi aprovado ontem na Comissão de Constituição de Justiça e tramita com regime de urgência. Prática precoce é considerada violência contra criança e adolescente

O CASAMENTO DE menores de 16 anos pode ser proibido. O impedimento foi proposto em projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta (PLC 56/2018) vai a Plenário com regime de urgência pedido pela relatora, Marta Suplicy (MDB-SP). Se aprovado sem alterações, seguirá para sanção.

Atualmente, o Código Civil permite o casamento de menores de 16 anos com autorização de ambos os pais ou de seus representantes legais. Esse arranjo civil é admitido para evitar a imposição ou o cumprimento de pena pela prática de crime ou em caso de gravidez. O PLC elimina a exceção.

— O projeto atende a um mundo que mudou — disse Marta.

Ao citar o estudo *Fechando a Brecha: melhorando as leis de proteção à mulher contra a violência*, elaborado pelo Banco Mundial, a autora, deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), afirmou ser necessário eliminar as hipóteses legais que autorizam o ca-



Lasier, Requião, Marta e Pimentel debatem projeto que tramita com regime de urgência

samento infantil dentro do esforço de se reduzir a violência contra crianças e adolescentes. O casamento precoce, na opinião da deputada, está de mãos dadas com a gravidez na adolescência, o abandono escolar e a exploração, e proibí-lo aos menores de 16 anos em qualquer circunstância é importante

para a proteção da infância e da juventude brasileiras, como determinam a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta se baseou em estudo da organização não governamental Promundo, publicado em 2015, que revelou o Brasil como o quarto país com maior número de

registros de casamentos infantis no mundo. Três milhões de brasileiras afirmaram ter casado antes de completar 18 anos, marco da maioridade para atos da vida civil.

“O mérito do projeto se cinge à necessidade de se completar e de se aprimorar o processo de mudança das regras da capacidade específica para o casamento, à luz do respeito ao princípio da proteção integral da criança e do adolescente, para que se impeça, em qualquer caso, o casamento de quem não completou 16 anos de idade”, sustenta Marta no parecer.

A relatora ressalta que a aprovação do projeto não vai criar impedimento legal para o casamento de adolescentes dos 16 aos 18 anos, desde que autorizado pelos pais ou por seus representantes legais. “A idade mínima para o casamento, tanto do homem quanto da mulher, continua sendo de 16 anos. Na verdade, o projeto apenas proibiu o casamento de quem ainda não houver alcançado essa idade”, explica.

Exames de corpo de delito podem priorizar mulher

Mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência podem passar a ter prioridade nos exames de corpo de delito. É o que determina o projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLC 35/2014 segue para votação em Plenário.

O autor do projeto, deputado Sandes Júnior (PP-GO), disse que pretende, com isso, reforçar o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, já determinado pela Lei Maria da Penha. Para isso, altera o Código de Processo Penal (CPP).

A relatora, Simone Tebet (MDB-MS), observa que o exame de corpo de delito reu-

ne um conjunto de elementos materiais ou vestígios indicativos da prática de um crime. Em sua opinião, é conveniente priorizar essa avaliação em mulheres, menores, idosos e pessoas com deficiência

vítimas de violência, para privilegiar a rápida elucidação e produção de provas quanto à materialidade e autoria de um crime.

Ela apresentou emenda apenas para ajustar a redação.



Simone Tebet e Lídice da Mata na Comissão de Constituição e Justiça

Convênios da União deverão ter correção monetária

Convênios, acordos e ajustes celebrados pela União com estados e municípios e instrumentos similares pactuados por órgãos e entidades da administração pública poderão ter correção monetária. Essa possibilidade de revisão está no projeto (PLS 398/2017), aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta do senador Elmano Férrer (Pode-PI) modifica a Lei de Licitações e a Lei 11.578, de 2007, que regula as transferências obrigatórias da União para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). A intenção é aplicar

correção monetária a todos os repasses de verbas federais para estados e municípios dentro dessas ações.

O reajuste dessas transferências deverá ser anual e se basear na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou do indicador que vier a substituí-lo. A lei resultante da aprovação só começará a gerar efeitos no exercício financeiro seguinte ao da data de publicação, o que garantirá tempo para os ajustes na proposta orçamentária, garantiu o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), ao ser questionado por José Pimentel (PT-CE).

Para Elmano Férrer, a morosidade no repasse dos recursos destinados aos programas do PAC para os entes federados tem feito os valores corres-

pondentes perderem parcela de seu poder real de compra.

O senador sustenta que os destinatários das verbas muitas vezes ficam impossibilitados de dar continuidade aos projetos financiados, causando grande prejuízo à população, que se vê privada de bens e serviços.

Anastasia considerou que o Senado deve proteger o sistema federativo. Segundo ele, a proposta faz justiça aos estados e municípios.

— Aqui só se trata de correção ao que a União repassa a estados e municípios e demora a repassar. Aí eles não têm condições, depois de dois ou três anos [de atraso] de realizar aquela obra porque a parcela que vem depois de três anos não está monetariamente corrigida — disse Anastasia.

Projeto exige vistoria anual em brinquedos de parquinhos

Brinquedos de parquinhos infantis instalados em espaços públicos, como praças, ou privados, como clubes e escolas, poderão se tornar mais seguros. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto (PLC 159/2015) que torna obrigatória a vistoria anual desses equipamentos dentro das Normas de Segurança de Brinquedos de Playground (NBR 14350), editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A proposta agora será analisada no Plenário do Senado.

Essa inspeção deverá ser feita por profissional legalmente habilitado e resultar em um laudo, onde se aponte a necessidade de reforma ou substituição de aparelhos. As correções sugeridas deverão ser providenciadas no prazo de um mês, sob pena de interdição do parquinho. O descumprimento das exigências previstas vai impor ao responsável pela área de uso coletivo multa de R\$ 500 por brinquedo ou equipamento.

Prevenção

De acordo com o projeto apresentado pelo deputado Weliton Prado (Pros/MG), essa vistoria anual não elimina a realização de manutenção preventiva, a cada seis meses, quando deve ser revista a fixação de parafusos, soldas e encaixes dos brinquedos. Se a fiscalização detectar falta de conservação adequada dos aparelhos, o responsável pelo espaço

terá 60 dias para regularizar a situação, período em que seu uso será interrompido. No caso de reincidência, a multa fixada será cobrada em dobro.

Antes de chegar à CCJ, o PLC 159/2015 recebeu parecer contrário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), mas foi aprovado, com quatro emendas, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O relator na CCJ, Hélio José (Pros-DF), recomendou a aprovação da proposta com as emendas da CDR.

Alterações

Uma das emendas substituiu a expressão “engenheiro legalmente habilitado” por “técnico habilitado”, com o objetivo de facilitar a execução da vistoria. Outra medida adotada foi a indicação de “condições adequadas de uso” no laudo técnico, atestando, se for o caso, a regularidade na manutenção dos equipamentos.

Por fim, as emendas buscaram exigir o lixamento e a pintura dos equipamentos, prevista na revisão semestral, apenas se houver risco de segurança ao usuário e a mudanças do critério de revisão do valor das multas.

“A falta de manutenção preventiva ou de fiscalização periódica em tais estabelecimentos tem sido responsável por acidentes que, em alguns casos, tornam-se fatais e atingem, principalmente crianças e adolescentes”, alerta Hélio José no parecer.